

Tribo tapeba é terceira mais agredida entre índios do País

Os tapebas ocupam a terceira colocação no ranking das comunidades indígenas mais atingidas por agressão no Brasil. Ficam atrás somente dos guaranis e dos guaranis-kaiowás, no Mato Grosso do Sul, e dos yanomamis, em Roraima. O levantamento é do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do

Brasil (CNBB), que computou 140.821 casos de violações dos direitos dos índios em 1996. Os atos de violência cresceram 92% em um ano e atingiram cerca de 59% dos povos indígenas do País. Entre os tapebas, as agressões fazem com que famílias, como a de Antônio Nascimento da Cruz, abandonem a área fugindo com medo da violência ■ 20A

15 de fevereiro de 1998

O POVO / Fortaleza - CE, domingo

Tapebas ocupam 3º lugar no ranking de agressão a índios

Os Tapebas, em Caucaia, estão em terceiro lugar no mais recente ranking nacional dos povos indígenas mais agredidos no Brasil. Só perdem mesmo para os Guaranis e Guaranis-Kaiowás, no Mato Grosso do Sul e os Yanomamis, em Roraima ■

ARIADNE ARAÚJO

Repórter Especial

Demonstrar a casa e sair pode ser a solução para fugir da violência acirrada entre brancos e índios na aldeia Tapeba, no município de Caucaia, a 16 quilômetros de Fortaleza. Esta semana, foi a vez do índio Antônio Nascimento da Cruz, 38. Para não morrer ou matar, ele decidiu levar a família e os animais de criação para um lugar onde não tivesse brigas com o vizinho. O medo do índio é acabar sendo mais um na estatística que coloca os tapebas em terceiro lugar no ranking dos povos indígenas mais agredidos no Brasil.

Mas, mesmo sem saber, Antônio Nascimento da Cruz pode estar entre os números — 140.821 casos de violações dos direitos dos índios —, levantados e publicados pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão anexo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1996. O estudo enumera 69 tipos de agressões distintas praticadas pelo poder público e por particulares. To-

FALTA SAÚDE

125

crianças tiveram registro de diarreia entre os Tapebas no ano pesquisado.

das contra a pessoa do índio, suas comunidades e patrimônio material. Antônio da Cruz pode ser incluído em, pelo menos, três delas: ameaça de morte, invasão do patrimônio e ofensa à honra.

Os atos de violência registrados cresceram 92% em um ano e atingiram pelo menos 121 etnias, cerca de 59% dos povos indígenas — habitantes de 153 aldeias —, 27% dos territórios reconhecidos oficialmente pelo governo federal em 23 Estados do País. A fome e carência alimentar, agressões decorrentes da omissão do poder público, fizeram um estrago: 138.661 ocorrências. Em 96, cerca de 500 índios morreram por causa disso em todo o Brasil. No Ceará, só as doenças respiratórias, as hipertensivas, as diarreias e tuberculosas levaram 842 índios a postos e hospitais próximos às aldeias.

Os Guaranis e Guaranis-Kaiowás, habitantes de 13 terras indígenas no Mato Grosso do Sul e os Yanomamis, em Roraima, encabeçam a lista dos mais agredidos. As ameaças de morte atingiram 17% das vítimas pesquisadas. Nesse item, o caso de Antônio da Cruz, deve entrar na próxima pesquisa. Na de 96, estão os nomes de dois parentes dele — Antônio Ricardo Domingos da Costa e Margarida Teixeira Gomes. Liderança comunitária, Margarida Teixeira repete o recado que lhe mandaram dezenas de vezes: “a luta pela terra só acaba quando morre um”.

Ameaças como essas, verbais ou por escrito, fizeram do Ceará o líder no número de violências praticadas por particulares contra índios e comunidades indígenas. Como pano de fundo das agressões estão os conflitos fundiários — envolvendo invasões — demarcação, extração ilegal de matéria prima, além de vinganças, brigas por consumo excessivo de álcool, preconceito, violência sexual, roubo e atos de intimidação. Em alguns casos, a discussão é resolvida na bala ou faca.

Em 1996, uma família Tapeba foi quase toda morta, em uma questão de vingança, por invasores. Três índios — uma mãe e dois filhos — foram exterminados por seis homens. Os sobreviventes tiveram que deixar a área indígena e se esconder para também não serem mortos. Os assassinos estão em liberdade. Das 26 mortes e 13 atentados em todo o País, o poder público adotou providências em apenas seis casos em que os acusados foram não-índios e em outros três cujos autores foram índios.

O poder público também agride. O crime está previsto em Lei. As vítimas, 882 índios tapebas, Maxakali, Parintintin, Makuxi, Ingarikó, Wapixana, Taurepang e Patamona, sofreram abuso de autoridade no ano avaliado. Os tapebas, ao lado dos Tenharins, no Amazonas, e uma comunidade Xerente, em Tocantins, também entram como vítimas da omissão de agentes do poder público. No Ceará, os responsáveis foram um delegado e um comissário de Polícia Civil que se recusaram a registrar queixa de lesão corporal contra índios agredidos por particulares e policiais civis.

12012 "O Povo" 15/02/98

Enquanto não sai a demarcação física da área Tapeba, a Prefeitura Municipal de Caucaia tenta mais uma vez um acordo com a tribo. A proposta é construir dois conjuntos residenciais, com infra-estrutura completa, às margens do rio Ceará, em troca da posse dos 4.658 hectares ■

ARIADNE ARAÚJO

Repórter Especial

Abrir mão da terra em troca de um novo aldeamento. A proposta da Prefeitura Municipal de Caucaia pode dividir os Tapebas que aguardam a demarcação física de 4.658 hectares. O prefeito José Gerardo Arruda, 38, (PSDB), já tem o projeto desenhado no papel, mas não conseguiu o que é mais importante: o consenso da tribo. Ele tenta um acordo antes que a área seja demarcada pela Fundação Nacional do Índio (Funai), mas para a grande maioria Tapeba é tudo ou tudo. Afinal, a Portaria Declaratória, assinada em setembro passado, deu a eles a posse definitiva da gleba e agora, ao que parece, é só uma questão de tempo.

Mas para a Prefeitura de Caucaia o tempo é o principal problema. Segundo José Gerardo, a área a ser demarcada pela Funai tem um formato de uma ferradura ao redor de Caucaia, o que impede a cidade de crescer para qualquer um dos lados. Ele explica que isso vem trazendo conseqüências econômicas para o município. Por exemplo, muitas das 53 indústrias que assinaram protocolo de intenções para construir fábricas na área estão desistindo. Isso significa também que o projeto de construir o Distrito Industrial de Jurema, dentro dos 4.658 hectares, pode ir por água a baixo.

Mais que conseqüências econômicas, José Gerardo Arruda afirma que a fuga das indústrias traz prejuízos sociais, uma vez que a expectativa é de geração de 10 mil novos empregos. Ele faz os cálculos para justificar sua pressa: só em Caucaia, são 20 mil desempregados. Dessas empresas, três chegaram a levantar alçercas e uma já está funcionando, mas, por conta da força de um mandado judicial, as construções foram congeladas até segunda ordem. "Se o município ficar ilhado, para onde é que vou sair?", pergunta.

Saída pela direita. A idéia do prefeito é negociar o que, para a maioria dos Tapebas, é inegociável. José Gerardo Arruda chama a proposta de Programa de Intervenção. Trata-se de um mapa onde estão projetados, ao longo do Rio Ceará e ainda dentro da área de conflito, dois conjuntos residenciais com 320 unidades habitacionais, arruamento, serviços urbanos, escola, creche, um Centro de Produção e Artesanato, um Centro Comunitário, pontais de atracação de embarcações de pesca artesanal e manutenção e ainda uma via de acesso desde as rodovias federais BR 222 e BR 020, entre o Parque Soledade e o Parque Potira.

O cacique Tapeba, Francisco Teixeira, o Alberto, também está de olho no tempo. Ele faz as contas dos anos de luta de seu povo pela posse da terra e já não acredita em uma solução para o problema. Sem esperanças, ele estuda a possibilidade de, junto com outras 74 famílias da Ponte e Vila Nova, aceitar o acordo da Prefeitura de Caucaia. Segundo o cacique, a luta estica e a demarcação não sai. "Cadê essa área?". Para ele, enquanto a Funai espera que os índios enfrentem latifundiários, partam para o conflito, os invasores fazem o que querem dentro da área.

O cacique, no entanto, não fala pelos 2.200 Tapebas que vivem na área. São, ao todo 17 comunidades Tapebas, cada um com suas lideranças, que não concordam com a disposição de Francisco Teixeira. Essa divisão de opiniões inviabiliza um possível acordo, porque, segundo o prefeito José Gerardo, o projeto, que custaria R\$ 1 milhão, só pode ser levado adiante se todos concordarem. Em caso de consenso, índios, prefeitos e advogados terão que ir a Brasília e, num outro acordo com o ministro da Justiça, Íris Rezende, tentar anular a Portaria Declaratória e o processo de demarcação física da área.

Índios descartam acordo

A presidente da Associação dos Índios Tapebas, Raimunda Rodrigues Teixeira, fala em nome da maioria. Para ela, a Prefeitura de Caucaia insiste em negociar a redução das terras indígenas e a mudança da comunidade para outro local. A resposta, segundo ela, é simples: a terra não pode ser negociada. O advogado da Pastoral Indigenista Antônio Gomes, completa: A comunidade não pode negociar porque a terra é da União. E isso está na Constituição Federal. "Os índios têm direito ao usufruto exclusivo e permanente", diz ele.

Numa reunião com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza, no início do mês, os Tapebas discutiram o assunto. O cacique Alberto falou de sua

certeza — é briga para mais 30 anos. Ele explica que não há nenhum acordo acertado com o prefeito José Gerardo, mas ele e algumas famílias estão avaliando a proposta. O cacique fala de seu medo pelo que pode acontecer, afinal sua família vive hoje em uma área de conflito. "Nossa vida é na miséria. Na Ponte, onde 74 famílias moram, não há como sentar, sequer, um kit sanitário, fazer uma plantação ou projeto nenhum. Estamos ilhados".

Só Tupã, o deus do trovão, pode ajudar. O cacique Alberto prefere esperar a intervenção dos céus a ter que brigar contra advogados. Revoltado, ele diz que tem mais brancos que índios dentro da área. As contas dele estão certas. A relação é de cerca

de 20 mil não-índios para 2.200 Tapebas vivendo dentro dos 4.658 hectares. Ele diz para os irmãos de sangue que é desumano querer tirar, por exemplo, a comunidade de Picuí, cerca de 15 mil pessoas, de dentro da área. "São gente pobre e não têm para onde ir".

O pajé José Augusto Batista não quer acordo. Para ele, a terra tem que sair para todos ou não adianta. A solução seria tentar resolver o problema das 74 famílias da Ponte e Vila Nova sem a ajuda da Prefeitura Municipal. Nesse caso, a própria comunidade Tapeba construiria novas casas, em um local mais adequado e dentro da área, para os índios que vivem praticamente dentro do mangue, no leito do rio Ceará. (A.A.)

"O DOVO" 15/02/98

13016)

Prefeito oferece casas por terra Tapeba

EDITORIA DE ARTE

NÚMEROS

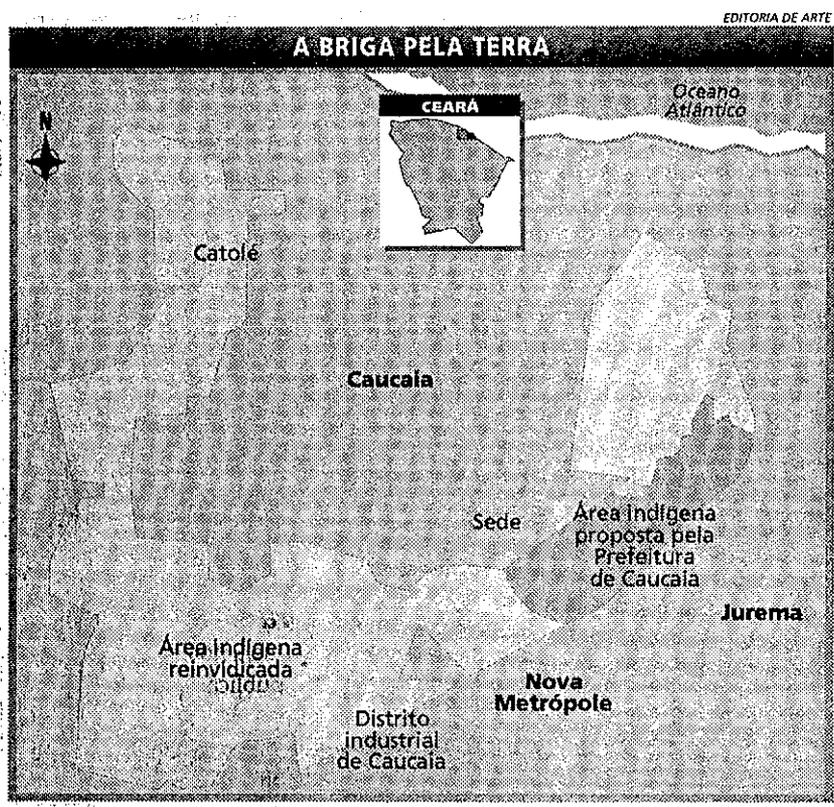
4.658
hectares
é a área a ser demarcada para a tribo Tapeba pela Fundação Nacional do Índio

320
é a quantidade de unidades habitacionais oferecidas pelo prefeito de Caucaia, José Gerardo Arruda, aos tapebas

53
Indústrias assinaram um protocolo de intenções para instalação de fábricas em Caucaia, mas segundo o prefeito estão desistindo por conta da briga de terras entre Tapebas e município.

"O Povo" 15/02/98

120(6)



"O POVO" 15/02/98



"O POUO" 15/02/98

120(7)

Distrito Industrial é projeto antigo

Herança de uma gestão passada. O Distrito Industrial (DI), projetado para ser construído dentro da área indígena, foi planejado e aprovado durante o mandato do prefeito José do Carmo Marinho (PDT). O atual prefeito José Gerardo Arruda tentou implantar o projeto, mas, diante do conflito na área, pensa numa saída mais prática e rápida: pulverizar o DI em outras quatro áreas fora da terra Tapeba.

O prefeito José Gerardo explica sua pressa em implantar novas indústrias na região. Segundo ele, os números de densidade demográfica resultam em alta pressão social por novos empregos. Só na grande Itarema, numa área de 15,1 km², são 6 mil pessoas por quilômetro quadrado. Gente demais, se compararmos, por exemplo, à sede de Caucaia, onde existem 336 habitantes por quilômetros quadrados vivendo em uma área de 273 km².

Um problema a menos, mas ainda há, segundo o prefeito, a questão do crescimento da cidade que fica impedido com a demarcação da terra. Uma liderança Tapeba, Antônio Ricardo Domingos, o Dourado, diz que a história não é bem assim. Na versão dele, o prefeito tem jogado pesado contra os índios, indispondo a população de Caucaia contra a comunidade indígena. Ele acrescenta que a área a ser demarcada atinge apenas 3,6% do município de Caucaia.

O advogado Antônio Gomes diz o que pode significar legalmente um possível acordo envolvendo as terras já identificadas e delimitadas. Segundo ele, isso significaria abrir mão de todas as conquistas nesses últimos 15 anos. "Se eles desistirem oficialmente da terra deles estarão desistindo também da etnicidade. Para a lei, não serão mais índios, mas sim uma comunidade carente que ganhou um conjunto habitacional para morar". (A.A.)

120(9)

Atropelamento deixa seqüelas em menina

A pequena Tapeba Antônia Eli-dênia de Abreu Domingos, 10, ainda não consegue falar sobre o assunto. Quem fala é a mãe dela, Lúcia Maria de Abreu Domingos, 43. Ela conta que a filha saiu de bicicleta para uma compra e foi atropelada por um motorista bêbado que vinha em velocidade na BR-222, uma rodovia federal que passa dentro da aldeia. A menina quebrou o fêmur, não reconheceu mais os parentes e passou um mês engessada. Hoje, Elidênia Domingos tem uma grande cicatriz, uma perna mais curta que a outra e cerca de dois anos perdidos na escola.

Esse caso pode ser enquadrado em mais de uma estatística do Cimi. Segundo o estudo, é um típico caso de omissão do poder público e uma agressão à integridade física da indiazinha. Acidentes como esses são comuns entre os Tapebas. Em 1996, a abertura e ampliação da rodovia em terras indígenas se enquadraram em um outro tipo de agressão, dessa vez contra os direitos patrimoniais. É chamada, no documento, de danos ambientais. No ano pesquisado, atingiu as terras indígenas Avá-Canoeiro, em Goiás e Tapebas, no Ceará.

A obra na BR-222 trouxe incidentes e mais um ponto negativo para o governo federal: a responsabilidade de ajudar para a poluição das águas do rio Ceará e prejudicar a pesca do camarão feita pelos Tapebas. A ampliação, inclusive, segundo a pesquisa, não foi comunicada à Fundação Nacional do Índio (Funai) e nem à comunidade indígena. Em todo o País, foram 200 ocorrências contra o patrimônio registradas pelo levantamento. (AA)



■ Aparecida teve a mãe assassinada junto com um irmão e um primo

Três pessoas de uma família são assassinadas

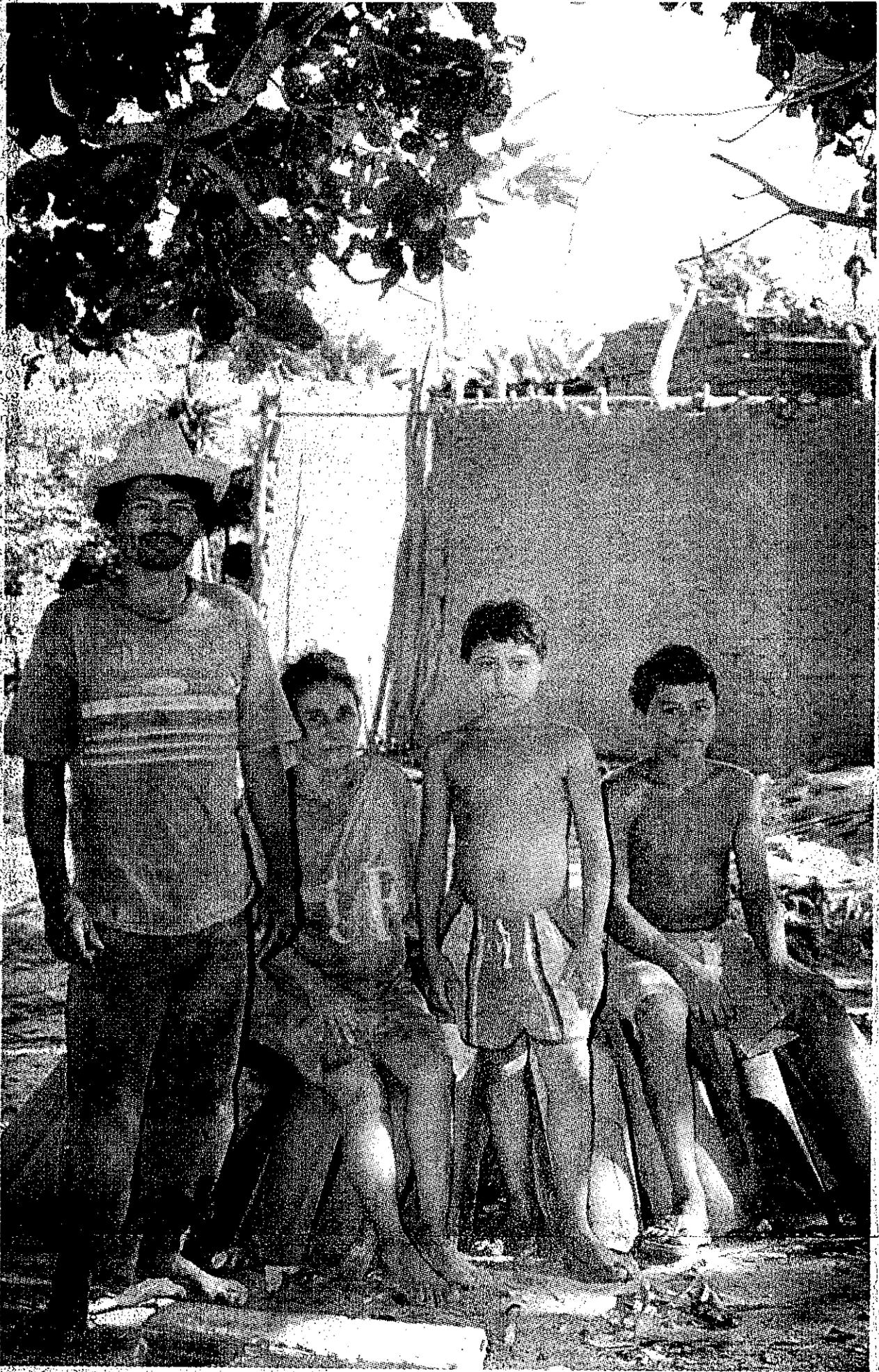
Ter a terra e não poder morar nela. A violência tornou impossível a vida na aldeia Tapeba para uma família inteira. Aparecida Alencar Gomes, 27, conta a história de uma noite de horror quando a mãe, um irmão e um primo foram assassinados à queima-roupa. Uma rixa antiga com não-índios motivou os assassinatos. Ela e outros dois irmãos que sobreviveram à matança tiveram que fugir. Aparecida Alencar mora com o marido e os filhos em uma outra cidade que ela não quer revelar o nome. Os sobreviventes estão no Interior do Estado e não voltam mais. Os três têm medo dos assassinos, que estão em liberdade e ainda ameaçam.

Antes de ser morto, o irmão mais novo de Aparecida Alencar foi também preso e espancado na delegacia de Caucaia. Pelo documento, o episódio todo pode ser identificado em vários tipos de violência: agressões à honra, à segurança, tortura, lesões

corporais, abuso de autoridade, constrangimento ilegal, ameaça de morte e assassinato. Motivos suficientes para que o resto da família não se sinta mais seguro de morar na aldeia Tapeba. Aparecida Alencar explica que, na época, ela teve que se esconder e deixar de estudar para não morrer e hoje ainda teme porque nada foi feito para resolver o caso.

Os crimes contra a família Alencar foram contabilizados pelos pesquisadores do Cimi. As estatísticas confirmam o medo dos sobreviventes Tapebas. A média foi de 38 vítimas para cada caso de agressão. Os atos de violência praticados por particulares contra índios fizeram mais de quatro mil vítimas. Os autores são velhos conhecidos — madeireiros, fazendeiros, grileiros e garimpeiros. As providências adotadas pelo poder público alcançaram apenas 27% dos casos dos quais a pesquisa teve notícia. (AA)

"C Poro" 15/02/98



OPÓVO / Fortaleza - CE, domingo 15 de fevereiro de 1998

■ Antônio Nascimento da Cruz tirou a família da comunidade Tapeba para fugir da violência